

O Brasil, os movimentos sociais e a luta contra o neoliberalismo na nova geopolítica mundial

Palestras apresentadas na Mesa III no XVIII Seminário Internacional de Lutas Contra o Neoliberalismo, realizado no dia 21 de setembro no Salão Nobre do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS-UFRJ)

Professora Samanta de Aguiar Pereira (Diretora do Sindicato dos Profissionais da Educação, Nova Iguaçu - SEPENI)

Em primeiro momento, gostaria de manifestar aqui todo o repúdio que o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação têm a criminalização do movimento dos estudantes dentro da UERJ, através da reintegração de posse, que assistimos ontem.

A gente vive num contexto em que o avanço imperialista e neoliberal implica cada vez mais o nosso individualismo e a nossa expropriação enquanto seres humanos. Então, por mais divergência que tenhamos, qualquer ato de violência precisa ser fortemente repudiado. A gente não pode, perante um governo do Estado, um governo bolsonarista, fascista, encabeçado por Cláudio Castro, permitir que se passe impunes cenas como as que assistimos, tristemente, ontem. Nessa relação de perseguição e de luta de classes, a gente não pode deixar de colocar, principalmente, o quanto o neoliberalismo avança dentro da educação, através das privatizações e das parcerias públicos-privadas.

Dirijo um sindicato que o núcleo dele é em Nova Iguaçu, município da Baixada Fluminense. E aí a gente imagina assim, como Nova Iguaçu, que é um município tão distante do centro das decisões do capital, pode vir alguém de lá para falar sobre o avanço neoliberalista? O que traz e por que uma escolha de falar num espaço como esse de parcerias público-privadas dentro da educação? É porque, por mais estranho que pareça, Nova Iguaçu, que é bem distante de todos os eixos de capital, tem uma relação direta com todos pela educação. Nós, é claro, enquanto país, a partir dos anos 90, a gente vem assistindo e percebendo cada vez mais o avanço neoliberal dentro do nosso país. Mas, desde muito remotamente, Nova Iguaçu tem a sua política educacional ditada diretamente pelos Todos Pela Educação e, inclusive, compondo o que vem a ser considerado profissão. E, pasmem, na próxima agenda neoliberal e o que estão propondo o “Todos Pela Educação”, na sua agenda Educação Já, que é a proposta educacional para os próximos anos, até o ano de 2030, se propõe, inclusive, a profissionalização do que eles chamam de gestor escolar, que nada mais é o diretor das escolas públicas, sendo uma figura estranha ao quadro pedagógico, assumindo um papel técnico e puramente

administrativo, onde ele deve exercer uma relação de governança, de liderança, para abrir o cenário e o caminho de maneira mais rápida e estável para a privatização da escola pública. Essa privatização não tem limites, é o avanço, a mercantilização, sem o menor freio, inclusive, do nosso pensamento e da nossa construção ideológica.

Quando o “Todos Pela Educação” anuncia uma privatização das escolas, na proposta deles, se iniciam pela educação mais terra, a educação infantil, mas ela se avança e avança de larga escala, inclusive, para o ensino superior, que é onde se compõe e se constrói a maior parte das nossas pesquisas científicas. Não é pouca coisa imaginarmos que um município tão distante e tão pequeno como Nova Iguaçu, porque tem aproximadamente mais de 780 mil habitantes, então, em escala mundial, é um município pequeno, é um território pequeno, mas que é onde 85% da sua política é ditada diretamente pelo empresariado. É só para percebermos, de maneira muito rápida e direta, o quanto, durante a pandemia, o processo de privatização da educação no estado do Rio de Janeiro e nos municípios mais distantes, principalmente da Baixada Fluminense, esse processo de privatização se acelerou através das plataformas educacionais, através do desenvolvimento de aulas remotas e pasmem, substituindo as aulas presenciais.

Então, enquanto trabalhadoras e trabalhadores, não podemos deixar de denunciar e trazer a reflexão do quanto, para a formação e instrução da própria classe trabalhadora, esse processo é nocivo, porque só conseguiremos nos colocar dentro do cenário geopolítico mundial, com toda a potência e com toda a intensidade, que o Brasil tem condições de fazê-lo, se atentarmos de maneira direta ao processo educativo. E aqui eu não estou tratando apenas da escolarização, eu estou trazendo a escolarização como elemento e um pilar de reflexão para compreendermos o quanto o empresariado vem construindo, inclusive ideologicamente, as futuras gerações. Mas há educação de maneira mais profunda, que é para além da escolarização. Há construção, inclusive, política e de conscientização, que essa é a base, inclusive, revolucionária, de países que são os nossos faróis. E, na América Latina, Cuba, é claro, que ocupa esse lugar com destaque.

Não podemos deixar de olhar, com toda a atenção, pelos processos que as escolas estão passando. E aqui eu uso o plural escolas, porque eu estou tratando da educação formal em seus diversos níveis, mas também da educação popular, e que, muitas vezes, não trazemos para junto de nós esse debate, e que muito as igrejas neopentecostais têm feito, e têm entrado, e têm sido espaços de acolhimento. E nós precisamos disputar esse espaço de acolhimento, tal qual, juntinho com eles. E, dentro desse processo de conscientização e de educação e de formação política, nós precisamos também conscientizar os trabalhadores e as trabalhadoras do quanto nós estamos sendo expropriados, e de quanto as nossas futuras gerações estão sendo expropriadas. Nós precisamos disputar, sim, o que é o currículo hoje escolar. Nós precisamos disputar, sim, o que hoje é ensinado nas escolas nos seus diversos níveis. Nós precisamos disputar, sim, o que o neoliberalismo está nos colocando como agenda, inclusive dentro da base nacional comum curricular, que ela é o cerne do que hoje tem a gente no novo ensino médio.

E se nós, lá na ponta, na educação básica, não conseguimos trazer e colocar uma educação crítica nos nossos alunos, dificilmente, no ensino superior, conseguiremos avançar nesse ponto e construir futuros cientistas, pensadores, e que alcancem estratégias

e caminhos viáveis para construir um futuro melhor para a nossa nação. Então, nós precisamos atuar, sim, desde a base. Nós precisamos disputar, e a palavra é disputa mesmo, e é uma disputa técnica, ideológica, é uma disputa ombro a ombro, conforme nós costumamos usar nos termos mais futebolísticos. Precisamos, sim, fazer essa disputa em todos os tempos, em todos os espaços. Todos os espaços precisam ser momentos de falarmos sobre o que está acontecendo dentro da educação, do processo educativo.

Todos os momentos precisam ser, sim, espaços para falarmos sobre política e quais são as construções e os projetos que temos em mente como soluções para o nosso país. Precisamos, sim, utilizar processos e espaços conforme o processo que nós estamos passando agora, que é um processo eleitoral, que não concordamos com o que é o processo eleitoral burguês. Não é sobre isso. Não acreditamos no espaço burguês como solução para os nossos problemas, mas precisamos, sim, aproveitar esses momentos para discutir com a sociedade quais são os nossos projetos, quais são as soluções. Precisamos, sim, utilizar esses momentos para discutir, desde o nosso vizinho, até o Uber que nos traz, até aquele que é nosso colega de trabalho nos diversos espaços, quais são os projetos de sociedade que temos para enfrentar o capitalismo. Porque, se não fizermos isso agora, em um momento que nos é tão emergente historicamente, não vamos conseguir fazê-lo no futuro, porque, cada vez mais, as novas gerações já vêm bebendo desde o mais terno do ventre na mamadeira do neoliberalismo, na mamadeira do empreendedorismo.

E, retornando à Nova Iguaçu, muito brevemente, eu vou dar um exemplo. A Secretaria Municipal de Educação de Nova Iguaçu tem uma parceria com o Sistema S e uma parceria do Sistema S para ensinar empreendedorismo desde a educação infantil. Estamos falando de crianças a partir de três anos. Três anos de idade. É só para entendermos de onde começa o raciocínio de que o capitalismo não dá para ser superado. Ele começa dali. E que estamos, de alguma maneira, à frente de um sindicato e acompanhando essa luta de classes, do que é a visão do trabalhador e, ao mesmo tempo, travando embates com esses governos, observamos o distanciamento que vamos tomando cada vez que não nos colocamos como atuantes, como atores, nesse cenário de disputa. Mas trouxe como exemplo essa parceria do município de Nova Iguaçu com o Sistema S, mas ela não é a única, não. Acompanhamos, inclusive, é muito fácil de acharmos, as gerações mais modernas costumam dizer: basta dar um Google, então eu vou capturar essa expressão, basta darmos um Google para ver o quão lucrativo é hoje para um empresariado penetrar na educação. É lucrativo para ele penetrar, sim, na biotecnologia, no espaço, nos fósseis marinhos, mas ele tem um mercado que está em expansão e que é logo ali, e que também não estamos disputando, e que precisamos disputar, que é um mercado ideológico fortíssimo, que eles, ganhando essa disputa, dificilmente nós vamos conseguir defender as nossas outras fronteiras, e que precisamos defender tanto, porque eles não estão só vendendo, expropriando os nossos corpos, mas também as nossas mentes, e, para além, as mentes das próximas gerações.

Não é à toa que o fascismo retorna nesse país e retorna com tanta força. Ele retorna porque tem uma base muito, muito, muito forte dentro, inclusive, das escolas. E nós precisamos estar muito atentos a isso. Não é à toa que hoje as religiões neopentecostais estão tão fortes. Se nós retrocedermos há alguns anos, lá na BNCC existe o ensino

religioso, e não disputamos o Estado laico. Então, agora, dentro da escola, as doutrinas religiosas estão sendo ensinadas, mas não estão sendo ensinadas na sua multiplicidade, não. Não estão sendo ensinadas uma pluralidade em um respeito às mais diversas religiões, não. Não estão sendo ensinadas as nossas religiões ancestrais, dos povos indígenas dizimados, dos africanos que foram escravizados, não. Está sendo ensinada a religião neopentecostal. Então, as nossas futuras gerações, se não colocarmos como disputa, e aí vem o nosso dever histórico, que é de disputar, inclusive, ideologicamente, todo o cenário que está posto, se não disputarmos as nossas futuras gerações e a futura geração da classe trabalhadora, ela já vem bebendo na mamadeira do empreendedorismo, compreendendo que o direito trabalhista é algo superado, compreendendo que a autonomia é algo supérfluo, que o importante para ele é ser dono de si mesmo, mas é uma liberdade mitigada, imposta pelo capital, é uma liberdade subordinada aos interesses estadunidenses e de tantos outros órgãos internacionais. É uma liberdade que é fruto de acordos, como a Conferência de Jomtien, de 1990, financiada pelo Banco Mundial, financiada pelo FMI, que dá origem à Base Nacional Comum Curricular. É a essa liberdade que ele vai ter direito. E como liberdade, inclusive espiritual, a opção das religiões neopentecostais.

Então, o nosso momento é um momento urgente, importante, mas deixo aqui a reflexão sobre a nossa necessidade de disputar, e eu vou frisar novamente a palavra disputa, porque vamos precisar entrar nessa competição. Por mais que cada um e cada uma aqui tenha como norte a solidariedade, e aí a competição não é muitas vezes a nossa natureza, mas vamos precisar, sim, saber chegar, e chegar com muita profundidade, reconstruindo e reformulando, e utilizando, inclusive, o olhar que a educação precisa nos ser, um instrumento de luta.

Professor Doutor Vitor de Piere (Vice-diretor do Instituto de Geografia e Professor da UERJ)

O neoliberalismo é um tema muito importante para entendermos quais são os dilemas da nossa sociedade hoje. Só entendendo o neoliberalismo é que entendemos o futuro da sociedade mundial e brasileira em especial. Mas, antes quero dizer que lamento muito por esse evento não estar ocorrendo na UERJ. É um motivo de vergonha que a atual gestão da reitoria tenha feito o que fez, colocando a polícia para bater nos nossos estudantes. Com um orçamento maior da história, cortar a bolsa do jeito que está cortando é inadmissível. Mas, enfim. Esse não é o ponto. A gente pode até conversar sobre isso, porque eu estou com todos os dados afiados. Eu tenho debatido bastante essa questão, e isso me incomoda demais. Foi até difícil preparar a palestra de hoje, porque estamos à flor da pele com essa questão. Enfim, a gente mudar de assunto é um pouco complicado.

Mas o tema “O Brasil de volta ao centro da geopolítica internacional”. Sou professor de geografia e, dentre as disciplinas que ministro, o Mundo Contemporâneo I e Geopolítica do Brasil são temas que eu me sinto relativamente à vontade para falar. Então, podemos abordar esse tema a partir de alguns cenários. O primeiro cenário é

o cenário econômico. O cenário econômico que tem a ver, especialmente, com o tema central desse evento, que está em embate hoje são dois modelos capitalistas, em especial, o modelo neoliberal e o modelo keynesiano, ou desenvolvimentista.

O modelo neoliberal, pautado na priorização das políticas monetárias, no favorecimento do sistema financeiro, em detrimento do sistema produtivo. É você priorizar a política monetária em detrimento da política fiscal. É utilizar o Estado como reprodutor daqueles que são favorecidos por uma taxa de juros alta, os bancos e os agentes financeiros. E o outro modelo é o modelo desenvolvimentista, o keynesianista, que é a ideia do Estado como o principal locomotor da economia. De que forma ele faz isso? Através das políticas fiscais, quer seja, das políticas fiscais, políticas públicas mais tradicionais, ou de políticas de transferência, transferência direta e indireta.

Aí entramos em um debate sobre o novo desenvolvimentismo, que é você priorizar a política de transferência. Tem até um ditado famoso na época da ditadura, dito pelo Delfim, que é que temos que fazer o bolo crescer para se distribuir. Essa é a ideia do desenvolvimentismo. Primeiro vamos crescer com a economia, depois distribuímos. O novo desenvolvimentismo surge com a ideia de crescer com a distribuição. Ou seja, você dá condições da sociedade consumir, o tema central do capitalismo é o consumo, e, através desse aumento do consumo, o setor de investimento sai favorecido e a roda da economia girar. A geração de emprego, emprego e renda, e, logicamente, o aumento dos tributos que retornam ao Estado via impostos.

Esses dois cenários no Brasil e no mundo, estão em constante embate, esse cenário econômico, esses dois projetos de desenvolvimento. Tanto que, se vamos pegar no golpe da Dilma, da presidenta Dilma, o Brasil tinha um cenário, no primeiro governo dela, no segundo já desandou bastante, não foi nem um pouco, desandou bastante, mas o Brasil vivia um cenário de um crescimento econômico na faixa de 4% a 5%. A gente estava vivendo um contexto de pleno emprego no Brasil, ou seja, menor de 6,5% da população desempregada. A gente estava se tornando a sétima, passando para a sexta economia do mundo. A gente tinha um recorde de superávit comercial, o que favorecia o reforço da nossa balança comercial e o reforço das reservas de moedas estrangeiras, o que contém, enfim, o que impede com que o governo priorize as políticas monetárias, em detrimento das políticas fiscais, porque a gente tinha moedas estrangeiras entrando via produção. A gente tinha uma política monetária de taxa de juros na faixa de 5%, a menor da história, e uma política externa contra-hegemônica, que é de encontrar o interesse de *um ocidente decadente, um ocidente que já estava dando sinais, desde o começo dos anos 2000, que estava decadente. Se analisarmos, em 2001 surgiu o acrônimo BRICS. Em 2006, surgiu o acrônimo PIIGS, que é um acrônimo pejorativo referente a Portugal, Itália, Irlanda, Grécia e Espanha. Ou seja, países desenvolvidos da Europa, da Zona do Euro, em decadência. Então, o mundo passou a mudar a partir da virada do século. E sustentar o modelo desenvolvimentista do novo desenvolvimentismo, porque o novo desenvolvimentismo fez com que o Brasil conseguisse alcançar níveis de desenvolvimento econômico, e níveis de desenvolvimento sociais, que passaram a torná-lo uma grande referência mundial. Este é o primeiro cenário econômico. O segundo cenário é o geopolítico.

A gente pode debater a partir de alguns paradigmas. O paradigma ocidentalista, o qual é o ocidente, através do instrumento OTAN que eles têm, da força, contra o mundo eurasiático, onde a maior parte da população vive, as maiores reservas de recursos naturais estão. De que forma o ocidente tenta manter essa hegemonia? Por meio de ações de geopolítica clássica, de autores clássicos como, por exemplo, o Nicholas Spykman. Para quem tem interesse, posso passar algumas referências. Ele dizia que, para se controlar o crescimento da Eurásia, tem que cercá-la. Cercá-la de que forma? Ou buscar aliados, ou invadir países que cercam a Eurásia. Hoje em dia, a China também faz parte. É o futuro inimigo, ou presente inimigo dos norte-americanos. Aí se desencadeou uma série de conflitos regionais, ainda já no contexto da Primavera Árabe, já no contexto da Guerra Híbrida, que desestabilizou uma série de países, como a Síria, o Iraque, já um pouco antes, mas a Líbia, que era o primeiro IDH da África, dos 55 países da África. Virou um Estado fracassado, como eles gostam de chamar. Enfim, todos os países que não eram aliados, que tinham uma política externa contra-hegemônica, sofreram invasões ou intervenções por meio de Guerra Híbrida. O Brasil não foi diferente. A Lava Jato, no Brasil, a Vasa Jato, é reflexo da Guerra Híbrida no país. É um processo de destruição da economia nacional, a economia produtiva nacional, em favorecimento da economia financeira.

Então entramos em um ocidente decadente contra uma Eurásia. O mundo eurasiático. Um ocidente decadente contra um sul globalismo. Um sul globalismo, que é a priorização do Brasil na diversificação de parcerias com os países do sul global. Isso fez com que os BRICS se expandissem e se tornassem uma alternativa à hegemonia ocidental. Essa alternativa é uma alternativa pautada no respeito às instituições supranacionais. Em primeiro lugar, quem dita as regras, quem dita as leis internacionais, quem rege as leis internacionais, são os organismos supranacionais, quer seja na segurança com a ONU, quer seja nas finanças com o Fundo Monetário Internacional, no caso substituído na luta pela substituição desses organismos ocidentais, quer seja o Banco Mundial ou o Banco dos BRICS agora.

Então surgem novas organizações e são respeitadas as antigas em prol da paz mundial. Mas o Ocidente, como no caso da Ucrânia, tem demonstrado que não está disposto a aceitar essa nova ordem internacional. Já falamos de dois, são quatro. Falamos de economia, falamos de geopolítica, agora falamos de integração regional. Do ponto de vista da integração regional, ou seja, a integração latino-americana, temos algumas possibilidades. Uma possibilidade ideológica, a qual é o bolivarianismo, ou seja, a união dos povos latino-americanos, ou o monroeísmo, que é outro paradigma da integração regional, que é a total subserviência aos interesses do Ocidente, em especial dos Estados Unidos.

Monroeísmo vem de Monroe, doutrina Monroe. Agora, do ponto de vista econômico, temos duas possibilidades. Ou o cepalismo, que é a busca pela industrialização dos países através da substituição de importação, com a ideia central da Cepal. Ou o regionalismo aberto, que é você se integrar de maneira falsa, mas cada um atua da maneira que quer, principalmente do ponto de vista da política monetária. E, por fim, um quarto cenário, o qual é o cenário da política externa brasileira. Estamos à frente de dois modelos. O

modelo americanista, que advém desde o Rio Branco, para barganhar fronteiras, enfim. Mas esse modelo americanista é dividido em americanismo pragmático e o americanismo ideológico. Hoje em dia, é só ideológico, porque o Brasil não tem como se aliar com os Estados Unidos prioritariamente, de maneira pragmática. Não ganhamos nada hoje em dia se aliando prioritariamente com o Ocidente. Já teve épocas em que teve de se aliar, mas hoje em dia, num contexto bipolar, quer dizer, não teve, mas o Brasil, como um país capitalista, acabou se aliando em contextos históricos particulares. Foi importante.

Agora, por outro lado, tem o modelo globalista, que é um palavrão. Falar bolivarianismo e globalismo para a extrema-direita, esses caras não sabem nem o que significa. Mas, enfim, eles querem desmoralizar esses conceitos. Que é a diversificação de parceria, ou chamado também universalismo. Isso é importante, porque o Brasil tem capacidade de se inserir no mundo de maneira ativa e ativa, que é o conceito do próprio Celso Amorim. Estamos falando de um país que tem que buscar um caminho soberano. Ele tem que escolher um sentido soberano. E, para isso, se formos analisar, cinco países possuem uma população de mais de 100 milhões de habitantes, uma economia de mais de 2 trilhões de dólares e um território de mais de 2 milhões de quilômetros quadrados. Cinco países possuem essas qualidades. Economia, território e população. Quais são? Estados Unidos, Brasil, Rússia, Índia e China. Só esses cinco. Como o Brasil deve se situar nesse cenário? A meu ver, implementando o modelo neo desenvolvimentista, continuando com ele, mas com o neo desenvolvimentismo, trazendo uma perspectiva mais social, trabalhista, defendendo o trabalho. Porque, se você aumenta o consumo, você também tem que defender a indústria nacional, tem que defender o Made in Brasil. Uma inserção sul-sul baseada no bolivarianismo e no cepalismo. E uma política externa globalista. Só assim vamos alcançar os caminhos que o Brasil merece no sistema internacional.

Professor Dr Reinaldo Pacheco (Professor e Coordenador do Grupo TerCor/EACH-USP)

Embora, meu lugar de fala hoje seja a Universidade de São Paulo, eu participo nessa universidade de um campus implantado há cerca de 20 anos na Zona Leste da cidade de São Paulo. O campus USP Leste se propôs a ser também um projeto diferenciado da Universidade de São Paulo naquela territorialidade, que é uma territorialidade que poucas pessoas conhecem. Hoje a Zona Leste de São Paulo tem praticamente a população do Uruguai, há 4 milhões de habitantes vivendo naquela territorialidade, absolutamente complexa e onde não existia, há 20 anos, nenhum curso superior, nenhuma universidade. Então o fato da luta popular ter conseguido levar o campus da USP Leste para lá, uma luta empreendida pela base mesmo, pelas comunidades, especialmente as Comunidades Eclesiais de Base, ligadas à Igreja Católica, uma luta histórica na Zona Leste que também ajudou a criar o SUS naquela territorialidade, pelos movimentos de saúde, pelos movimentos de moradia e depois e mais recentemente, pelos movimentos de acesso à Educação Superior na Zona Leste.

Então, deixo aqui um salve à memória do padre Ticão, que era uma das lideranças

populares que ajudaram a transformar aquele sonho de ter uma universidade pública, gratuita, de qualidade, na Zona Leste, e que atingisse fundamentalmente os estudantes e as famílias daquela territorialidade. Mas por que eu falo isso? É para contar um pouquinho do meu lugar de fala e para nos ajudar a pensar qual seria o papel da universidade nesse momento tão crítico que temos vivido, frente a uma adesão às vezes cega ao neoliberalismo por dentro da universidade, como nós temos visto. Acho que os últimos acontecimentos da UERJ, inclusive, nos colocam bem isso: estudantes lutando pelo simples direito de poder permanecer na universidade na qual eles foram aceitos e são tratados desse jeito. Então, vemos o tanto de adesão a essa ideologia neoliberal que perpassa os ambientes acadêmicos.

Queria propor um pouco essa reflexão. Estamos aqui no que era a chamada Universidade do Brasil, que foi uma das primeiras universidades desse país. É muito simbólico, de fato, estarmos aqui nesse ambiente hoje e nós pensarmos como que a universidade do Brasil se distanciou tanto das causas e dos movimentos sociais. Falo isso também com um certo lugar de fala, por vir de uma comunidade bastante pobre na periferia de São Bernardo do Campo, no ABC Paulista, de uma mãe que era costureira, de um pai que era operário. Infelizmente, meu pai morreu sem saber exatamente o que eu fazia na vida e por que eu me interessava tanto em estudar – eu fico até emocionado quando falo isso – porque, na verdade, era muita dificuldade para colocar o pão na mesa. Então, para eles, às vezes, era incompreensível essa dedicação que eu tinha aos estudos, à universidade. Eu acho que alguns de vocês devem se identificar um pouco com esse tipo de trajetória. O fato de ter conseguido chegar em uma universidade pública foi por conta de uma professora, uma professora de uma escola pública da periferia de São Bernardo que um dia pegou um grupo de estudantes de 5ª, 6ª série – devíamos ter 11 anos de idade – colocou num busão, como nós chamamos lá em São Paulo colocar em um ônibus, e levou a gente para ver uma exposição no prédio da Faculdade de Filosofias e Ciências e Letras lá da USP, a FFLCH. Então, imaginem o encantamento de crianças periféricas entrando em um campus universitário com 11 anos de idade, entendendo o que era uma Cidade Universitária. Eu acho que é esse encantamento, provocado por uma atividade de educação fora do muro da escola, que me leva a refletir sobre a importância de abrir as portas da universidade para a população de maneira geral, especialmente para a população, como eu disse, preta, pobre, periférica desse país, porque não é nenhuma esmola, é direito delas estarem aqui, direito delas frequentarem esta universidade, direito de frequentarem uma educação superior de qualidade.

Quero aqui destacar duas coisas na minha fala. Essa educação superior de qualidade tem, estrategicamente, um papel para nós lutarmos contra essa ideologia tão disseminada, e, estrategicamente, também da gente construir um país soberano, do ponto de vista da geopolítica mundial. Essa universidade precisa de duas coisas para funcionar. Além dos três papéis clássicos da universidade – dos quais falarei mais para frente – precisa, fundamentalmente, de duas coisas que, sem elas, não vamos conseguir fortalecer a soberania desse país na geopolítica mundial e ajudar a criar outras possibilidades de sociedade, o outro mundo possível para além do neoliberalismo e do capitalismo. As duas coisas fundamentais para essa universidade pública cumprir o seu papel são coisas

muito básicas de gestão pública. Recursos humanos: pessoas. Eu preciso de pessoas. A universidade brasileira se acostumou a dar guarida apenas somente às elites. Ela foi criada para dar guarida às elites, para formar as elites. A fundação dessa aqui, chamada Universidade do Brasil, segundo sua carta da fundação, foi criada para as elites brasileiras se formarem aqui, para não precisarem mandar os seus filhos ricos para Coimbra, basicamente. Então, se a gente pensar do ponto de vista dos recursos humanos, a gente precisa investir justamente nessa pluralidade de pessoas, que não são apenas recursos humanos, mas são pessoas que devem estar aqui dentro, por ser direito delas estarem aqui dentro. E acontecem coisas tão absurdas. Por exemplo, a USP recentemente fez um concurso público para técnicos-funcionários. Era um concurso que ia contratar cerca de 40 funcionários. Alguém simplesmente esqueceu de colocar cotas no concurso, no edital do concurso. Vejam vocês. Foi um esquecimento. Lógico, houve questionamento, o Ministério cancelou todo o concurso e tiveram que refazer. Mas é disso que estou falando ainda. Essa universidade em que vivemos é uma universidade que ainda tem muita dificuldade de entender que pobres, pretos e periféricos têm o direito de estarem aqui como funcionários, como estudantes e como professores.

Como professores, eu falo de uma universidade que talvez esteja, infelizmente, entre as mais elitizadas e mais desiguais do ponto de vista étnico-racial do país. Na USP, acredito que não chegue a mais de 3% o número de professores negros e negras. Eu mesmo fiz duas graduações na Universidade de São Paulo, e, nas duas graduações que fiz, eu tive contato apenas com um professor negro, em duas graduações inteiras! Então, mesmo na unidade que eu trabalho hoje, que é a USP da Zona Leste, que eu tenho certeza de que é a unidade da USP hoje mais multiétnica, ainda não chegamos, talvez a 10% de professores negros e negras. É disso que estamos falando. É de uma desigualdade muito grande em vários recortes de gênero, étnico-racial, territorial, de classe social. É essa universidade, que para atingir esses objetivos, de lutar contra o neoliberalismo e de construir uma alternativa brasileira soberana, no capitalismo mundial, para enfrentar os desafios do futuro, como muitos bem foi apontado aqui nas mesas anteriores, precisa tornar-se uma universidade plural. Essa era a primeira coisa, o que podemos chamar de universo dos recursos humanos, das pessoas dentro da universidade. E a segunda coisa, – para cumprir os três objetivos da universidade: ensino, a pesquisa e a extensão comunitária – o orçamento, porque ela é pública. Não se faz universidade pública em nenhum lugar do planeta sem orçamento público, sem dinheiro público. Então, não me venham com essa conversinha como a de agora, de que precisamos tomar muito cuidado porque estamos passando por um período de reforma tributária. Inclusive, com a reforma tributária o financiamento de várias universidades públicas deve ser alterado. Precisamos estar muito atentos ao que vai acontecer. No caso das universidades públicas paulistas, mais ainda. Vejo aqui alguns estudantes me ouvindo e digo: estejamos muito atentos, em relação a isso, porque a Universidade de São Paulo, por exemplo, tem recursos advindos de uma cota parte do ICMS. O ICMS deixa de existir para entrar um outro imposto agora, que é o Imposto de Valor Agregado, e não sabemos como vai ficar exatamente o financiamento das universidades públicas paulistas. E, com isso, observamos o movimento da direita em São Paulo de tentar

aproveitar o momento para propor: “Será que não dá para cobrar mensalidades?”. E precisamos ter isso com clareza. A universidade pública precisa de orçamento público. Vai haver uma disputa de fundos públicos em relação a esses orçamentos e precisamos lutar para esses orçamentos públicos, contra teto de gastos, essa política fiscal, tributária, que impacta principalmente o financiamento das universidades federais.

Queria destacar esses requisitos para a universidade tentar cumprir os seus três papéis fundamentais. O primeiro papel fundamental dela é formar pessoas. Esse é o papel fundamental dela. O papeç dela é produzir ciência, produzir conhecimento? Sim, mas, primeiramente, formar pessoas. Alguém fez uma digressão interessantíssima sobre a questão do neoliberalismo aqui no Brasil, de quando chegamos no governo Fernando Henrique Cardoso, oito anos de governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso, com a ideia de redução do tamanho do Estado, aquele gerencialismo, a questão de diminuir investimentos sociais, oito anos de governo Fernando Henrique Cardoso, nenhuma universidade aberta, pública, nenhum campus avançado foi implantado nas federais, e, imediatamente depois, temos oito anos de governo Lula, com mais de 50 campos implantados. No orçamento do governo brasileiro e nas perspectivas em relação ao crescimento da economia brasileira, recursos existem, a questão é como se põe essa política, de fato, nas ruas. Assim se cumpre o papel de formar pessoas, formar pessoas para alavancar o desenvolvimento econômico desse país, que se dê nessa perspectiva também. Gostei muito mesmo de ouvir hoje o cônsul chinês falando da perspectiva de desenvolvimento econômico da China. É muito impressionante. Quando nós paramos para ouvir nas entrelinhas, há algumas coisas ali muito interessantes mesmo, de uma perspectiva de desenvolvimento soberano, de um mundo multipolar, integração econômica, muita coisa interessante. Em grande medida, nesse primeiro papel nós temos conseguido avançar, temos jovens maravilhosos e maravilhosas dentro da nossa universidade. Eu fico encantado sempre com a potencialidade que eu vejo na juventude lá da Zona Leste.

Segundo papel, produzir conhecimento. Trazendo alguns insights. Nessa semana entrei no meu Núcleo de Pesquisa que divido com várias pessoas de grupos de pesquisa diferentes. Alguém de um outro grupo de pesquisa colocou no mural do Núcleo de Pesquisa: “Coloque aqui a cópia do seu artigo publicado em revista internacional.” Ai, meu Deus do céu, pelo bem de Marx! A primeira coisa que fiz foi escrever: “As revistas nacionais não prestam?” Há uma perspectiva também dentro da universidade de um internacionalismo burro, desculpem, um internacionalismo falso, que é “Ah, eu preciso publicar na revista A1 estrangeira”; mesmo que ninguém vá ler seu artigo. O que interessa de verdade para nós é que essa sua pesquisa tenha realmente incidência política dentro do território, preferencialmente, nos territórios que estudamos, porque nem isso eles fazem. O que vemos é um carreirismo, um produtivismo, um estrelismo, uma coisa abjeta também nesse ambiente da pesquisa que precisa ser transformado na universidade brasileira. É contra isso também que nos posicionamos na universidade brasileira. Ela tem condição de dar muita resposta às necessidades de produção do conhecimento que nós temos aqui no Brasil.

Por último, a extensão comunitária. Para nós – isso é quase que um mantra

que rezamos lá – devemos tentar fazer com que a universidade esteja conectada, de fato, aos territórios em que atuamos. Os estudantes que frequentam os grupos sabem que nem sempre isso é muito fácil, mas é um desafio muito importante de ser encarado, precisa ser feito isso, embora, dentro do próprio sistema de avaliação na universidade, quando o docente é avaliado, a última coisa que vão olhar é se fez projeto de extensão. Vão olhar se publicou artiguinho em uma revista internacional. Mas se você realmente andou pelo seu bairro, você fez incidência política no seu bairro, isso às vezes não vai contar nada para a sua evolução de carreira. Mas, eu não me importo, eu vou continuar fazendo as coisas que eu acredito. Tudo isso faz sentido para mim quando eu olho para alguns dos jovens que conheço que estão aqui e sei que vão ajudar a transformar essa universidade.

Dr. Michel Mendes Damasceno (CNCN-ETEGS/CEPPES)

A luta dos movimentos sociais e dos movimentos revolucionários contra o capitalismo, contra o neoliberalismo, talvez não tenha um ponto mais significativo nesse momento do que a questão teórica. Como dizia Lenin, “sem teoria revolucionária não existe movimento revolucionário possível”. E se existe um desejo real e profundo nos lutadores e lutadoras do Brasil de transformarem a nossa sociedade, é muito importante que nos aprofundemos na questão teórica. É por isso que esse seminário é tão importante.

Muito se falou aqui, e fico feliz por isso, sobre a teoria da crise orgânica. Fico feliz também porque muito já foi adiantado, então talvez não precise me aprofundar tanto na questão da crise orgânica. Mas, basicamente, a crise se dá pela alteração da composição orgânica, pela diminuição do componente vivo dentro da produção e pelo aumento do trabalho morto, pelo aumento da maquinaria, da tecnologia, que se dá necessariamente por um movimento intrínseco da valorização do capital. A necessidade do capitalismo de tentar produzir cada vez mais-valia. Mas no medo da centralização, no medo dos capitalistas de serem consumidos entre eles, eles despertaram forças, despertaram poderes que já não são mais capazes de controlar. O capital é uma força viva que, por si só, direciona a humanidade a seu fim.

E esse é um momento, chegamos a um momento de paroxismo tão grande dentro dessa crise, que já não é qualquer crise, em que temos um nível tão baixo de componente vivo dentro da produção que chegamos a uma erosão do próprio paradigma de mensuração do valor. Então, a própria forma de mensurar valor dentro do capitalismo já não é mais uma forma viável. Chegamos a um momento em que, e eu gosto muito desse exemplo, olha para qualquer lugar a nossa volta e é praticamente impossível ver algo que não tenha sido produzido pela indústria. E quando pensamos nisso e pensamos que não existe ali, então, componente vivo ali, pensamos que a produção de mais-valia está tão curta, tão pequena para eles, que eles chegam... E o capitalismo não produz cadeiras para sentar. O capitalismo produz cadeiras se puder lucrar dessa produção. Estou falando de um momento em que o capitalismo chega numa crise que já não é mais uma crise de superprodução, não é mais uma crise de consumo, de você poder solver a demanda. Estou falando de uma crise agora que é uma crise orgânica, uma

crise que atinge o mais profundo do capitalismo. Isso significa dizer que estamos diante de uma crise, talvez, de transição de modo de produção. Uma crise que é diferente das outras e que tem como desdobramentos que, na ciência, e aí falo particularmente disso, transforma a ciência, não mais naquele caráter da ciência libertadora da humanidade, daquele caráter da ciência de descobrir e de transformar e de resolver as demandas da humanidade, mas uma ciência que serve a pena como um departamento na produção capitalista. Uma ciência que não produz mais remédios para curar doenças, produz remédios se puder lucrar deles.

Eu falo de uma educação que vem intimamente acompanhada desse processo, porque sem educação não existe ciência. E a educação, dentro dessa crise, acaba compondo os aparelhos ideológicos de controle. Atuando na subjetividade da classe trabalhadora. E é daí que surgem essas teorias absurdas do empreendedorismo, obscurantismo, e a gente vive num país onde, de repente, a gente parou de vacinar contra sarampo e uma doença que era completamente controlada volta a surgir no país.

E, dentro da produção, eu destaco especialmente a mudança do papel do Exército Industrial de Reserva, de mero pêndulo da massa salarial, a quantidade de desempregados que havia dentro do país servia para controlar os salários das pessoas que estavam na produção, passa agora a um novo modelo, onde esse Exército de Reserva Industrial passa a fazer parte da produção de mais-valia. Mas uma produção de mais-valia num submundo do capital. A produção de mais-valia do Uber, do garoto que está se arriscando com a bicicletinha do Itaú com uma bolsa nas costas, com um celular na mão ligado num GPS, num satélite internacional, ou o cara que está dentro de casa, utilizando o computador para trabalhar, ou a pessoa que criou uma fábrica dentro da sua própria casa e a sua família já não é mais sua família, ele é capataz da sua família e bota ali todo mundo para trabalhar, subvertendo as próprias relações familiares.

Muito se falou hoje desse mundo, diante dessa crise, mas na possibilidade da construção de um mundo multipolar, na transição de um mundo unipolar ao mundo multipolar, em meio a uma crise que não é só de acumulação, mas que já é uma crise também ambiental e uma crise de transição do modo de produção social dominante.

Como se encontra o Brasil diante dessa crise, dessa conjuntura? É mais ou menos isso que precisamos pensar. Os BRICS representam um novo centro dinâmico, em partes devido às suas características geopolíticas e em partes devido às suas características de sua biodiversidade. Muito foi falado, a companheira Júlia falou da diversidade, os BRICS representam mais de 46% da população do mundo, eles têm aproximadamente 30% do território mundial, eles produzem 36% do PIB do planeta e têm 42% do petróleo e mais de 50% do número de espécies da biodiversidade do mundo. Porém, ele é um novo centro dinâmico também pelo fato desses países serem países de média composição orgânica. Isso significa que, nesses países de média composição orgânica, existe muito espaço para subverter o papel da ciência e da educação nesses países.

E isso dá uma importância para o Brasil e para todos os países de média composição orgânica, mas especialmente para o BRICS, de subverter esse papel que o capitalismo e a crise deram à ciência e à educação. Subverter isso para um novo modelo de produção de riquezas sobre outro paradigma, os paradigmas da sustentabilidade, da cooperação e

da governança compartilhada. E nesse processo, diante da possibilidade da construção de novos paradigmas para a humanidade, o Brasil pode jogar um papel fundamental. Apesar de ter se afastado dessa possibilidade com os golpes contra a presidenta Dilma e com a eleição do protofascista Bolsonaro, o país volta agora, com um novo governo de Luiz Inácio Lula da Silva, para o centro do cenário geopolítico internacional. O Brasil ocupa o primeiro lugar no ranking dos 17 países megadiversos, enquanto a África do Sul, a Índia e até a China ocupam, respectivamente, a sexta, a décima segunda e a quarta. Mesmo diante de um país que tem subnotificação de seus recursos naturais e diante da falta de políticas públicas claras para a proteção e desenvolvimento da nossa biodiversidade, o Brasil ainda assim ocupa o primeiro lugar. O Brasil tem áreas naturais não antropizadas. O Brasil tem, só de áreas não antropizadas, ou seja, sem atuação humana, mais de 5.387.421 quilômetros quadrados, em comparação a apenas 1.400.000 da Índia e 459.000 apenas da África do Sul. O Brasil é o quarto maior produtor de alimentos do mundo. Sua produção de grãos é capaz de suprir quatro vezes os 250 quilogramas anual por pessoa, estabelecidos pelos parâmetros de segurança alimentar da ONU. Coisa que outros países não alcançam, como a própria China, que é a principal compradora de alimentos do Brasil. Além disso, o país tem em sua formação geológica 36% das estruturas pré-cambrianas que formam os escudos cristalinos e 64% das bacias sedimentares em placa tectônica estável. O que significa dizer que essa biodiversidade, e esses elementos que eu disse agora, são fundamentais para a produção de alta tecnologia. E, quando falamos de ciência e educação, estamos dizendo que temos não só um recurso geopolítico estratégico, mas um recurso também que nos permitiria revolucionar a própria tecnologia e ciência. Então, falamos de um país, dentro dos BRICS, com grande capacidade de atuar como uma liderança mundial.

Agora, mesmo diante de todas essas possibilidades, existem dois grandes desafios que devem ser superados. O primeiro desafio é o desafio internacional, o desafio continental. O Brasil não pode ocupar esse papel num novo mundo multipolar, com novos paradigmas de desenvolvimento sozinho. Ele precisa ocupar esse papel, construindo e fortalecendo alianças com os países do continente. Especialmente os países irmãos da bacia amazônica. O Brasil precisa, dessa vez, mesmo não tendo estado presente no Congresso do Panamá, fazer parte do projeto da Grande Colômbia. Fazer parte do projeto de uma América Unida. Fazer parte do projeto bolivariano. E o segundo desafio é um desafio interno. Temos uma herança que deve ser superada. O Brasil tem como base da sua formação social ter nascido no mundo como uma colônia de acumulação primitiva. Tem base na sua sociedade arraigadas ao trabalho escravo, servil, assalariado, nas revoltas populares esmagadas, no sangue do povo derramado, no latifúndio e na monocultura, no monopólio comercial e no obscurantismo e atraso educacional. E essas heranças são as que alimentam as nossas oligarquias. Essa mesma oligarquia no Brasil, que odeia o Lula, porque o projeto de país que elas construíram era para um garoto pobre do Nordeste ter morrido de fome e não ter virado presidente. Era para um jovem estudante guerrilheira dos anos 60 ter morrido numa câmara de prisão, ter morrido numa câmara de tortura e não ter virado presidenta. E esse fenômeno, ele explica muito bem o ovo da serpente, que eclode nos dias de hoje. O fenômeno

do neofascismo, representado na extrema-direita brasileira e que é capaz das maiores violências, como os vimos nesse fim de semana na UERJ.

Eu pergunto, quem são eles para questionar, para falar de violação dos direitos humanos na Venezuela, quando diariamente nessa cidade em que falamos a polícia invade as favelas e massacra a população trabalhadora? Quem são eles para falar de violação dos direitos humanos quando a polícia nesse país não pode ver uma pessoa negra andando na rua que vai lá e ataca essa pessoa? Quem são eles para falar de direitos humanos? Eu pergunto aos companheiros aqui presentes. Quando foi que se viu uma cena de violência como se viu ontem na UERJ em Cuba? Quando foi? Eu tive a oportunidade de estudar em Cuba. Eu sou formado pela Escola Latino-Americana de Medicina. E no meio de um furacão, no ano mais ou menos de 2009, o reitor da universidade foi levar comida direto dentro da residência estudantil. No meio do furacão, o reitor estava aí, liderando os funcionários que estavam dando comida aos estudantes, porque não podiam sair. E os estudantes no Brasil precisam ocupar a reitoria quando precisam discutir com a direção da universidade. Quem são eles para falar desses países e do socialismo?

E, além disso, dessas violências diárias que nós vemos, o neofascismo também é capaz de matar de muitas formas. E relembro aqui a fala do Bertolt Brecht, que você pode matar com um punhal, mas você pode matar de fome, você pode matar com doença, você pode matar de frio, você pode matar de muitas formas. Para vocês terem uma ideia, entre fevereiro e abril de 2021 morreram 500 mil pessoas de COVID no Brasil. Para que se tenha ideia do projeto de genocídio que o governo Bolsonaro levou a cabo nesse país, a doença que mais mata no mundo é o infarto. E no Brasil ela mata, em 12 meses, 300 mil pessoas. Eu estou falando que em dois meses morreram 500 mil. Esse é o grau de violência que é capaz esse fascismo.

E o fascismo, companheiros, ele não está morto. Pelo contrário, ele nasce dessa herança, ele advém dessa herança. E para superarmos essa herança e para vencer o fascismo que cresce na nossa sociedade, precisamos construir uma nova forma de luta. Se vivemos um novo tempo, também precisamos viver uma nova forma de movimento, uma nova forma de luta. Um movimento que supere apenas as eleições. Um movimento que supere e que se organize para além a cada dois anos ou de quatro em quatro anos. Um movimento capaz de disseminar por todos os cantos do nosso país e atuar em todas as lutas da classe trabalhadora. Que faça da sua luta a luta feminista, a luta da população negra, a luta daqueles relegados ao trabalho, a luta dos povos originários, a luta desses que estão no mundo de produção do capital, aqueles que estão no Uber, no iFood, das famílias destruídas que já não têm mais relações familiares, das crianças que estão no tráfego.

Eu venho de uma favela, eu posso dizer isso. Aquele garoto que está lá no tráfego não tem fábrica de AK-47. Aquela AK-47 que está lá faz parte do capitalismo e ele faz parte desse submundo de produção capitalista. Aquilo lá é produção de mais-valia para eles. E eles vão ser capazes de utilizar, se eles precisarem usar a gordura de nosso corpo para produção e os nossos cabelos para encher o travesseiro, como fizeram os nazistas, eles vão fazer. Essa é a sanha capitalista. Esse é o tamanho da crise que a gente enfrenta.

É esse movimento que aspira a ser o Congresso Nacional de Lutas contra o

Neoliberalismo. Nossa proposta para a construção dessa sociedade que enterra essa herança e, sem superar essa herança, o Brasil não será capaz de ocupar esse papel soberano no desenvolvimento, não pensando em si, mas pensando no próprio desenvolvimento da humanidade. Para isso, precisamos de um plano de emergência. Para isso, precisamos da construção de um plano de emergência que se construa em todos os lugares do país, levando consigo todas as lutas do povo brasileiro. Um plano de emergência que se concretize e que sedimente um novo modelo de desenvolvimento econômico, social e político, soberano, inclusivo e sustentável, centrado na biodiversidade e na produção de novos valores estratégicos à humanidade, cujos objetivos gerais poderiam ser um programa de inclusão do exército industrial de reserva, urbano e rural, na atividade produtiva e de geração de renda, combinando as atividades laborais da intensiva tecnologia com as de intensiva mão de obra, reguladas sobre as regras do trabalho formal, que elimine os bolsões de desemprego e de acumulação informal. Um programa de formação humana, científica, educacional e cultural, que combata a cultura do ódio e a violência, racista, sexista, xenofóbica e de discriminação religiosa e ideológica. Um programa de seguridade social, de previdência, saúde e saneamento. Um programa de segurança alimentar, habitacional e de moralidade urbana e rural, de mobilidade urbana e rural. Um programa de defesa e de segurança da soberania nacional, desenvolvendo o compartilhamento de informações, parcerias e alianças estratégicas no plano internacional, priorizando o Mercosul e os BRICS. Um programa de emergência, que sedimenta o embrião de uma nova sociedade sob um novo paradigma de produção. Temos hoje uma janela de oportunidade de fazer parte da construção de um novo paradigma de desenvolvimento humano. Como disse Che Guevara, para onde prender o Brasil, prenderá toda a América Latina. Nossa nação, e falo isso muito carinhosamente aos jovens, tem uma responsabilidade com a humanidade. E para esse sonho, e muitos poderiam dizer que é só um sonho, que o Brasil nunca vai representar isso.